



## AÇÕES AFIRMATIVAS, LEI DE COTAS E PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

*Suliete Gervásio Monteiro<sup>1</sup> - Indígena do Povo Baré  
Universidade de Brasília, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos  
Humanos, Brasília, DF, Brasil.*

**Resumo:** O relato é fruto da conferência proferida pela pesquisadora-indígena Suliete Gervásio Monteiro, no XI Aniversário do NEABI-UENF (de 03 à 10/11/2021). Traz a sua experiência a partir de suas vivências na Universidade de Brasília (UnB) e de sua trajetória formativa em escola indígena. A autora apresenta os desafios enfrentados tanto para o acesso como para a sua permanência nesta universidade pública: os preconceitos, falta de incentivo e acesso a outras políticas públicas diante das demandas específicas dos povos indígenas e populações tradicionais. Apesar da importância das políticas de reparação e acesso às cotas étnico-raciais nas universidades, o texto permite refletir sobre os desafios e potencialidades da presença de estudantes indígenas, das trocas de conhecimentos e enfrentamento ao racismo estrutural na arena educacional e política.

**Palavras-Chave:** Povos Indígenas, Acesso à Educação, Permanência, Racismo.

## AFFIRMATIVE ACTIONS, QUOTA LAW AND PERMANENCE OF INDIGENOUS IN PUBLIC UNIVERSITIES: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

**Abstract:** This report is the result of a conference given by the indigenous-researcher Suliete Gervásio Monteiro, during the 11th Anniversary of NEABI-UENF (from November 3rd to 10th, 2021). It brings her experience based on her experiences at the University of Brasilia (UnB) and her formative trajectory in an indigenous school. The author presents the challenges faced both for access and for her permanence in this public university: prejudice, lack of incentive and access to other public policies in the face of the specific demands of indigenous peoples and traditional populations. Despite the importance of reparation policies and access to ethno-racial quotas in universities, the text allows us to reflect on the challenges and potentialities of the presence of indigenous students, the exchange of knowledge and confrontation of structural racism in the educational and political arena.

---

<sup>1</sup> Suliete Gervásio Monteiro. Indígena do Povo Baré. Bacharela em Engenharia Florestal pela UnB, Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB, Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UnB. E-mail: [suly\\_monteiro@hotmail.com](mailto:suly_monteiro@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8456-6316>.

**Keywords:** Ameríndian People; Access to education, Permanence, Racism

### ACCIONES AFIRMATIVAS, LEY DE CUOTAS Y PERMANENCIA DE INDÍGENAS EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES

**Resumen:** Este informe es el resultado de una conferencia impartida por la investigadora indígena Suliete Gervásio Monteiro, durante el 11º Aniversario de NEABI-UENF (del 03 al 10/11/2021). Aporta su experiencia basada en sus vivencias en la Universidad de Brasilia (UnB) y su trayectoria formativa en una escuela indígena. La autora presenta los desafíos que se enfrentan tanto para el acceso como para su permanencia en esta universidad pública: los prejuicios, la falta de incentivos y el acceso a otras políticas públicas frente a las demandas específicas de los pueblos indígenas y las poblaciones tradicionales. A pesar de la importancia de las políticas de reparación y del acceso a las cuotas étnico-raciales en las universidades, el texto permite reflexionar sobre los desafíos y potencialidades de la presencia de estudiantes indígenas, el intercambio de conocimientos y la confrontación del racismo estructural en el ámbito educativo y político.

**Palabras-clave:** Pueblos Amerindios; Acceso a la educación, Permanencia, Racismo

### ACTIONS AFFIRMATIVES, LOI SUR LES QUOTAS ET PERMANENCE DES PEUPLES AUTOCHTONES DANS LES UNIVERSITÉS PUBLIQUES : DÉFIS ET POSSIBILITÉS

**Résumé:** Ce rapport est le résultat d'une conférence donnée par la chercheuse indigène Suliete Gervásio Monteiro, lors du 11ème anniversaire de NEABI-UENF (du 03 au 10/11/2021). Elle apporte son expérience basée sur son vécu à l'Université de Brasilia (UnB) et sa trajectoire formative dans une école indigène. L'auteur présente les défis rencontrés tant pour l'accès que pour leur permanence dans cette université publique : préjugés, manque d'incitation et d'accès à d'autres politiques publiques face aux demandes spécifiques des peuples indigènes et des populations traditionnelles. Malgré l'importance des politiques de réparation et de l'accès aux quotas ethno-raciaux dans les universités, le texte nous permet de réfléchir aux défis et aux potentialités de la présence d'étudiants indigènes, de l'échange de connaissances et de la confrontation du racisme structurel dans l'arène éducative et politique.

**Mots-clés:** Peuples Amérindiens; Accès à l'éducation, Permanence, Racisme

### RELATO DE EXPERIÊNCIA

Meu nome é Suliete, sou do povo Baré, agradeço o convite para estar aqui<sup>2</sup>. É uma honra poder compartilhar um pouco do processo de luta pela nossa permanência,

---

<sup>2</sup> Esse texto é resultado da transcrição e adaptação textual da conferência proferida pela pesquisadora-indígena durante o XI Aniversário do NEABI-UENF (de 03 à 10/11/2021). A transcrição e adaptação



enquanto indígena, no ensino superior. Inicialmente gostaria de contextualizar que somos 305 povos indígenas no Brasil e temos 175 línguas faladas atualmente. Minha família pertence a três povos, o povo Baniwa, Tukano e Baré<sup>3</sup>, no entanto, eu me identifico com o povo Baré. Então, falar sobre as ações afirmativas, o processo de cotas para povos indígenas no ensino superior exigiria que vários pontos fossem tratados, pois enfrentamos diferentes desafios, principalmente como indígenas, mulher e mãe, no ensino superior. E hoje o maior desafio nosso é a permanência.

Sabemos que o processo de conquista da Lei de Cotas e as Políticas de Ações Afirmativas é resultado de uma longa trajetória de luta e reivindicações, tanto do movimento negro quanto das lideranças indígenas para que nós estivéssemos aqui hoje ocupando estes espaços, enfrentando os desafios de permanecer e cursar uma graduação. Eu tenho orgulho de falar que sou fruto desse processo de luta. Entrei por meio das Políticas de Ações Afirmativas na Universidade de Brasília na graduação e posteriormente fiz o mestrado em Direitos Humanos e meu ingresso também aconteceu através das ações afirmativas.

Enquanto indígenas nós temos o dever de defender e de falar o quanto é importante a lei de cotas e as ações afirmativas para que estas sejam efetivadas e prorrogadas por mais dez, vinte, trinta anos. Eu falo isso a partir do lugar que conheço que é a UnB. Lá a primeira turma de estudante que entrou por processo de transferência, que não foi por vestibular, foi em 2004. Em 2006 a primeira turma já entrou por Políticas de Ações Afirmativas e atualmente na UnB, temos hoje um convênio entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB). Infelizmente o papel da FUNAI fica somente na assinatura do documento deste convênio, pois, tanto para quem está na graduação como na pós-graduação, ela não apresenta nenhum tipo de assistência ou amparo.

A nossa presença no ensino superior, não só na Universidade de Brasília, mas em todas as outras universidades federais e estaduais, é muito importante para se enfrentar os desafios impostos pelo racismo e etnocentrismo, principalmente quando se

---

foram feitas pela mestrandia Chrislaine Silva Oliveira e pela Dra. Lilian Sagio Cezar, ambas do Programa de Pós-Graduação de Políticas Sociais - UENF.

<sup>3</sup> Os índios Baré e Werekena (ou Warekena) vivem principalmente ao longo do Rio Xié e alto curso do Rio Negro, para onde grande parte deles foram obrigados a migrar em decorrência da imposição violenta e da exploração de seu trabalho extrativista pelos não-índios. Para maiores informações ver <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bar%C3%A9>



trata da questão de interculturalidade, pois, sabemos que a universidade abriu espaço para que tivesse a presença de estudante negros, indígenas e quilombolas mas, no entanto, ela não está preparada para receber diversidade epistemológica e cultural dos povos tradicionais.

Na Universidade de Brasília (UnB) temos aproximadamente dezoito anos de presença indígena na universidade e tudo que conquistamos nesta instituição foi fruto de muita luta dos estudantes indígenas. Um dos maiores desafios é o impacto cultural que enfrentamos quando saímos das nossas aldeias, das nossas comunidades e chegamos não só na cidade, mas também na universidade que é um outro mundo totalmente diferente do nosso. Indígenas que falam língua indígena como primeira língua e o português como terceira língua, como por exemplo, os indígenas do povo Tikuna que são da tríplice fronteira com a Colômbia, Peru e Brasil, tem como primeira língua a língua Tikuna, segunda língua o espanhol e a terceira língua o português! Além desses desafios culturais enfrentamos dentro da universidade a questão do racismo estrutural que é muito forte, exemplo disso é que para se conseguir o auxílio alimentação ou o auxílio moradia é muito difícil.

Hoje temos o direito a cotas e as ações afirmativas, mas não é garantido o direito à permanência e nós estamos num processo de luta para que esses direitos sejam institucionalizados dentro da UnB. Sempre falamos que as conquistas que nós temos hoje, foram “subindo a rampa” da reitoria, fazendo reivindicações. Temos atualmente uma reitoria que dialoga conosco, onde podemos levar nossas pautas, as nossas demandas e as dificuldades que enfrentamos, mas não é o bastante.

Desde 2013 se realiza o ENEI, que é o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas no ensino superior. Este encontro é realizado uma vez ao ano. Nesse ano e no ano passado o ENEI foi *online* devido a pandemia e lá é um espaço de trocar nossas experiências, demandas e as questões que enfrentamos, qual o processo de luta dentro das universidades onde há presença indígena e assim percebemos que basicamente as mesmas coisas que enfrentamos na Universidade de Brasília os indígenas da região sul, da UFRGS, da Unicamp, os que estão hoje na UFSCar, na UFBA, enfim, todos os indígenas passam necessidade no sentido de amparo financeiro, apoio psicológico, apoio pedagógico. E por que nós indígenas enfrentamos tantas dificuldades principalmente no ensino superior?

Quando deixamos as nossas comunidades e chegamos na universidade, somos matriculados em todas as disciplinas, são matérias difíceis. Eu, por exemplo, já cheguei fazendo disciplinas de cálculo, de exatas e no meu ensino médio eu não estudei essas matérias com mais profundidade, como deveria ter sido. Eu vim de um ensino diferenciado, estudei em escola indígena no ensino fundamental e também no ensino médio, ambos em escola pública. Então quando você compara o nível de educação escolar dos estudantes aqui da universidade, tem aqueles que vieram da escola particular, que fizeram cursinho para entrar na universidade, que se prepararam a vida toda para entrar aqui, o que é totalmente diferente do nosso caso, dos estudantes indígenas. A universidade não observa isso e nem se preocupa em observar, em lidar com as especificidades de cada povo indígena porque, por exemplo, eu sou Baré mas tem aluno indígena que, apesar de ser meu parente<sup>4</sup>, pertence a outros povos que não falam português como primeira língua, o que representa uma dificuldade ainda maior em relação a mim que tenho o português como a primeira língua.

E quando se trata de Lei de Cotas precisamos compreender que segundo o Censo de 2010 (IBGE), temos 8.000 indígenas declarados no Distrito Federal, pela Lei De Cotas que estabelece vagas para indígenas de acordo com porcentagem da população do estado, no Distrito Federal pelas Cotas, não dá uma vaga para indígenas, levando em conta essa proporção. Por isso também é importante falar das Políticas de Ações Afirmativas dentro de todas as universidades públicas, de modo que cada universidade assuma o compromisso e a responsabilidade pelos estudantes indígenas, não só responsabilidade financeira, mas a responsabilidade social, no sentido de ter acompanhamento pedagógico e psicológico, inclusive para proporcionar apoio psicológico e prevenção à depressão e suicídio.

Ontem mesmo tivemos a triste notícia do parente artista plástico<sup>5</sup> que, infelizmente, pode ter tirado a própria vida. São vários momentos tristes vividos durante a pandemia, muitos indígenas voltaram para as suas aldeias. Se hoje nós que estamos aqui nas cidades estamos tendo dificuldade, apesar da conexão com a internet, imagina os indígenas que estão nas aldeias e estão nas comunidades. Muitos

---

<sup>4</sup> Parente: Termo usado entre os próprios indígenas, chamando de parente mesmo sendo de povos diferentes.

<sup>5</sup> Para maiores informações ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/11/4960067-morre-jaider-esbell-um-dos-principais-artistas-indigenas.html>



conseguiram o auxílio da universidade, mas a conexão da internet é muito ruim, o que dificulta o acesso às aulas e ações remotas.

Percebemos que a questão do racismo e da discriminação em relação aos povos indígenas se mantém, não só agora na época da pandemia, mas também antes. Na UnB tivemos dois casos específicos de discriminação e racismo dentro de sala de aula por parte de colegas e também de professor, onde o professor falou que um aluno indígena não conhecia a fórmula da água, que é o  $H_2O$ . Também percebemos em nossas vivências que o estudante não indígena exclui estudantes indígenas de grupos de seminários, porque na mente deles o indígena não é capaz, que o indígena é burro, o indígena é preguiçoso, preconceitos que eles aprenderam principalmente no senso comum e que não foi ensinado no ensino básico. Estamos aqui na universidade pública para mudar esse pensamento, o que não é fácil, pois temos 521 anos de colonização, de difusão e divulgação de informações falsas, colocaram *fake news* na cabeça do povo brasileiro, pois para nós, povos indígenas, a *fake news* não surgiu só agora no governo Bolsonaro. Ela surgiu há 521 anos e distorce a verdadeira história de como foi o processo de colonização e de construção do Brasil.

Este território que hoje é conhecido como Brasil, antes da colonização foi 100% pertencente aos povos originários. Atualmente estamos nesse processo de ocupar os espaços acadêmicos, levando conosco conhecimentos tradicionais e trocando nossas experiências, valorizando nossos conhecimentos, pois, geralmente se fala que o nosso conhecimento é empírico, mas ele também é ciência, ou seja, nosso conhecimento é importante e merece ser tratado como epistemologia, como ciência. Isso exige que nós, dentro das universidades públicas brasileiras, paremos de ficar lendo somente os autores eurocêntricos e estadunidenses, para também trazer um pouco dos nossos pensamentos enquanto pesquisadores e cientistas indígenas.

O outro desafio que enfrentamos é em relação à universidade, pois, vivemos entre dois mundos, no mundo universitário, e no território do nosso povo. Por vezes somos indagados “mas se você sai da sua comunidade, você deixa de ser indígena”? Minha resposta é que eu jamais deixarei de ser indígena e eu sempre falo que nesse processo de estar na universidade nos tornamos mais indígena porque temos que reafirmar diariamente que nós somos povos indígenas! Se eu estou na cidade, aí é que me torno mais indígena, pois, tenho que fortalecer a minha identidade diariamente, justamente pelo fato de pessoas não indígenas perguntarem se somos indígenas mesmo.



Eu, por exemplo, só vim me questionar se eu era indígena quando cheguei em Brasília pela primeira vez. Eu cheguei e fui morar na Asa Norte, desci do elevador e a pessoa que entrou comigo perguntou se eu era “índia”? Eu fiquei pensando e falei “sim, eu sou indígena”. Mas para mim eu sempre fui Baré, porque essa coisa do ser índio, ser indígena é coisa de colonizador, coisa de branco né? Então, quando me pergunta: “o que é ser indígena para você?” E a gente sempre se questiona. Quando a gente fala para os alunos: “o que é ser indígena para você?” “e o que você pensa sobre ser indígena?” Encontramos muita gente falando sobre resistência, sobre pessoas que usam cocar, que se vestem assim ou daquele jeito, e na verdade não é. Ser indígena é ser Baré, é ser quem eu sou, é ser o povo Baniwa<sup>6</sup>, ser o povo Tukano.

Então cada povo indígena tem sua diferença, tem a sua especificidade. Temos culturas diferentes entre si, assim como tem culturas parecidas, mas temos também as especificidades, somos 305 povos, nós não somos todos iguais! A única coisa que nos unifica e unifica a nossa luta é a proteção dos nossos territórios, é a terra, porque o território é a nossa vida, sem o território não existem povos indígenas, não existe humanidade possível.

É importante também tratar da questão dos erros históricos, ou melhor, dos crimes históricos. Nós indígenas vivemos continuamente o processo de genocídio. Povos indígenas foram exterminados no processo de colonização por conta de suas terras, ou melhor, das nossas terras! E também vivemos continuamente o epistemicídio, o que é muito grave. Então falar sobre qualquer outra palavra que não seja crime e genocídio para caracterizar o que vivemos, é pouco e incorreto. O movimento negro sabe como têm sido todo esse processo, sofremos até hoje por conta da terra, da colonização.

Hoje o nosso processo de estar na universidade é também um meio de luta pelos nossos direitos, para adquirir e valorizar nossos conhecimentos. Se antigamente essa luta era feita na base da guerra, através do arco e da flecha, hoje ela é feita através da caneta, do papel, do nosso conhecimento. Dois meses atrás tivemos o acampamento Terra Livre, durante o julgamento do Marco Temporal e pela primeira vez indígenas defendendo os nossos direitos argumentaram a nosso favor, em especial Samara Pataxó, Eloy Terena, Ivo Macuxi e Cristiane Soares Baré e, por isso, é importante as Políticas Ações Afirmativas, a Lei de Cota e a nossa presença dentro desses espaços para

---

<sup>6</sup> Para maiores informações ver <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Baniwa>.



adquirirmos os conhecimentos acadêmicos para defender os nossos direitos, enquanto povos indígenas.

*Recebido em: 15/04/ 2022*

*Aprovado em: 10/05/2022*